ISSN: 2358-8829

LETRAMENTO DIGITAL E REDES SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DO USO CONSCIENTE NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

Gislene da Silva Laurenço[1]
Antônio Marcos da Silva Souto[2]
Franciele Cavalcante Bezerra de Sá [3]

INTRODUÇÃO

As redes sociais fazem parte da rotina de crianças e adolescentes, influenciando suas formas de comunicação, interação e acesso à informação. Por meio dessas plataformas, os estudantes compartilham experiências, estabelecem amizades, acompanham acontecimentos e expressam suas opiniões. Entretanto, o mesmo ambiente que oferece possibilidades de comunicação e aprendizagem também apresenta desafios, como a exposição excessiva, o cyberbullying, a disseminação de notícias falsas e o compartilhamento inadequado de informações pessoais.

Diante dessa realidade, a escola assume um papel importante na formação de estudantes capazes de utilizar as tecnologias digitais de maneira consciente, crítica e responsável. Não basta apenas ensinar a utilizar dispositivos e aplicativos, é necessário desenvolver a capacidade de compreender os conteúdos acessados, reconhecer situações de risco e refletir sobre as consequências das próprias atitudes no ambiente virtual.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância da cultura digital ao estabelecer, em sua quinta competência geral, a necessidade de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (BRASIL, 2018). Essa orientação reforça a responsabilidade da escola em promover experiências educativas que aproximem os conteúdos curriculares das situações vivenciadas pelos estudantes.

Nesse contexto, o letramento digital ultrapassa o domínio técnico das ferramentas tecnológicas. Envolve também saber interpretar informações, identificar conteúdos duvidosos, respeitar outras pessoas, proteger dados pessoais e reconhecer as possibilidades das tecnologias para a construção do conhecimento. Belloni (2009) e Buckingham (2010) destacam a importância de preparar os estudantes para compreender e analisar criticamente as mensagens transmitidas pelas mídias, considerando que o simples contato com os recursos digitais não garante seu uso consciente.

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Pernambuco- IFPE, gsl16@discente.ifpe.edu.br;
[2] Mestre em Matemática pela UFPB, Licenciado em Ciências com habilitação em Matemática. Professor EBTTdo IFPE/Campus Afogados da Ingazeira, antonio.souto@afogados.ifpe.edu.br;
[3]Graduando do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Pernambuco- IFPE, fcbs@discente.ifpe.edu.br;

ISSN: 2358-8829

No Ensino Fundamental II, essa discussão se torna ainda mais necessária, pois muitos estudantes utilizam as redes sociais diariamente, mas nem sempre reconhecem os riscos envolvidos ou compreendem como essas ferramentas podem contribuir para sua aprendizagem. Situações como ofensas em grupos de mensagens, exposição da vida pessoal, compartilhamento de informações sem verificação e excesso de tempo diante das telas demonstram a necessidade de abordar o tema no espaço escolar.

Foi a partir dessa realidade que surgiu a proposta de desenvolver uma intervenção pedagógica por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), envolvendo duas bolsistas do curso de Licenciatura em Computação, o professor regente da turma e o supervisor do programa. A atividade foi realizada com 35 estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Dom João José da Mota e Albuquerque, localizada em Afogados da Ingazeira, Pernambuco, vinculada às ações formativas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Campus Afogados da Ingazeira.

A intervenção foi organizada em três momentos. Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa sobre o tempo de utilização das telas e os perigos presentes nas redes sociais. Em seguida, os estudantes pesquisaram diferentes plataformas, identificando seus benefícios, aspectos negativos e possibilidades de utilização como ferramentas de estudo e aprendizagem. A partir das pesquisas, produziram materiais informativos e cartazes. Por fim, aconteceu a socialização das produções, seguida da apresentação dos trabalhos na Feira Interativa de Leitura e Conhecimento FILCO, ampliando a discussão para a comunidade escolar.

Diante dessa experiência, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: de que maneira uma intervenção pedagógica desenvolvida no âmbito do PIBID, envolvendo diálogo, pesquisa e produção colaborativa, pode contribuir para a conscientização dos estudantes sobre o uso responsável das redes sociais?

O objetivo geral foi promover a reflexão sobre o uso consciente, crítico e responsável das redes sociais, considerando suas possibilidades e seus riscos no cotidiano dos estudantes. Como objetivos específicos, buscou-se: discutir os benefícios e os perigos das redes sociais; estimular a análise crítica das informações e dos conteúdos compartilhados; incentivar a compreensão das redes sociais como ferramentas de aprendizagem; desenvolver a produção coletiva de materiais informativos; e compartilhar os conhecimentos construídos com a comunidade escolar durante a FILCO (Feira Interativa de Leitura e Conhecimento).

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interventivo, apresentada na modalidade de relato de experiência. A análise considera as observações realizadas durante as atividades, a participação dos estudantes, as pesquisas desenvolvidas e os materiais produzidos. Além de discutir os resultados da intervenção, o relato evidencia a importância do PIBID na aproximação entre a formação inicial dos licenciandos e a realidade da Educação Básica.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

3.1 Natureza da pesquisa, contexto e participantes

O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter interventivo, desenvolvido na modalidade de relato de experiência. A proposta surgiu no contexto das atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), envolvendo duas bolsistas do curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Campus Afogados da Ingazeira.

A intervenção foi realizada na Escola Dom João José da Mota e Albuquerque, localizada no município de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, Pernambuco, com a participação de 35 estudantes de uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental.

As atividades foram planejadas e desenvolvidas pelas duas bolsistas, com o acompanhamento do professor regente da turma e do supervisor do PIBID. Essa organização possibilitou articular a formação inicial das licenciandas com a prática docente, considerando as características da turma e a realidade vivenciada pelos estudantes.

A escolha da temática surgiu da necessidade de discutir situações presentes no cotidiano dos alunos, especialmente o tempo dedicado às telas, a utilização frequente das redes sociais e os cuidados necessários durante as interações virtuais.

3.2 Desenvolvimento da intervenção pedagógica

A intervenção foi desenvolvida ao longo de três semanas e organizada em três momentos principais, articulando diálogo, pesquisa, produção colaborativa e socialização dos conhecimentos.

Primeiro momento: roda de conversa e sensibilização

Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa com o objetivo de conhecer os hábitos dos estudantes em relação ao uso das tecnologias digitais e estimular a reflexão sobre o tempo dedicado às telas.

Durante a atividade, foram levantadas questões sobre o tempo que permaneciam conectados, as redes sociais que utilizavam com maior frequência e os possíveis perigos encontrados nesses ambientes. Também foram discutidas situações relacionadas à exposição de informações pessoais, ao contato com desconhecidos, às ofensas virtuais e ao compartilhamento de conteúdos sem verificação.

Esse primeiro momento buscou valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, permitindo que compartilhassem suas experiências e compreendessem que o uso das redes sociais exige atenção, cuidado e responsabilidade.

Segundo momento: pesquisa e produção de materiais informativos

No segundo momento, os estudantes foram orientados a pesquisar diferentes redes sociais, buscando identificar suas principais funcionalidades, benefícios e aspectos negativos. A proposta também incentivou a reflexão sobre como essas plataformas

poderiam ser utilizadas para além do entretenimento, considerando suas possibilidades como ferramentas de estudo, pesquisa, comunicação e acesso ao conhecimento.

A partir das informações encontradas, os grupos discutiram os resultados das pesquisas e selecionaram os conteúdos que consideraram mais importantes para compartilhar com outras pessoas. Em seguida, iniciaram a confecção de cartazes e materiais informativos, organizando as informações de maneira clara e acessível.

Durante essa etapa, as bolsistas acompanharam o desenvolvimento das atividades, auxiliando na organização das ideias, na seleção dos conteúdos e na construção dos materiais, enquanto o professor regente e o supervisor do PIBID acompanharam a intervenção pedagógica.

Terceiro momento: socialização e apresentação na feira de leitura

No terceiro momento, aconteceu a socialização das produções realizadas pelos estudantes. Os grupos apresentaram seus cartazes e materiais informativos, explicando os resultados das pesquisas, os benefícios e os riscos identificados nas redes sociais e as possibilidades de utilização dessas ferramentas para a aprendizagem.

Posteriormente, os materiais foram apresentados na Feira Interativa de Leitura e Conhecimento FILCO (Feira Interativa de Leitura e Conhecimento), proporcionando aos estudantes a oportunidade de compartilhar os conhecimentos construídos com a comunidade escolar e outros visitantes do evento.

Essa etapa representou a culminância da intervenção, pois permitiu que os alunos assumissem o papel de multiplicadores das informações, apresentando suas descobertas e contribuindo para ampliar a discussão sobre o uso consciente das redes sociais.

3.3 Produção e análise dos dados

A análise da experiência foi realizada a partir da observação participante durante as atividades, dos registros das discussões e da análise dos materiais produzidos pelos estudantes.

Foram considerados aspectos como a participação nas rodas de conversa, o envolvimento nas pesquisas, a identificação dos benefícios e riscos das redes sociais, a compreensão de suas possibilidades educativas e a capacidade de socializar os conhecimentos construídos.

Os registros foram analisados qualitativamente, considerando cinco aspectos principais: participação e envolvimento dos estudantes; compreensão sobre o uso das redes sociais; reconhecimento de benefícios e riscos; produção colaborativa dos materiais; e socialização das aprendizagens durante a FILCO (Feira Interativa de Leitura e Conhecimento).

A análise buscou relacionar as observações realizadas durante a intervenção com os referenciais teóricos apresentados, considerando as possibilidades e os limites de uma experiência pedagógica desenvolvida em uma turma específica.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura digital e letramento digital

Lévy (1999) usa o termo cibercultura para falar das práticas que surgem com o ciberespaço e defende que ele favorece uma inteligência coletiva, em que pessoas conectadas constroem saberes em conjunto. A ideia tem um lado positivo, o da criação compartilhada, e outro que exige cuidado: se o conhecimento circula por muitas mãos, sua qualidade depende de quem o produz e repassa.

Há, porém, uma diferença entre saber mexer na tecnologia e saber interpretá-la. Buckingham (2010) critica a suposição de que os jovens, por terem crescido cercados de aparelhos, entendem naturalmente o ambiente digital. Postar uma foto ou gravar um vídeo não revela como as plataformas funcionam, quem se beneficia da circulação de certos conteúdos ou o que uma publicação pode causar.

2.2 Mídia-educação e pensamento crítico

Belloni (2009) apresenta a mídia-educação como um campo que prepara o estudante para usar as mídias, ler criticamente suas mensagens e produzir conteúdos próprios. Buckingham (2010) segue linha parecida ao defender que os alunos aprendam a perguntar quem produziu um conteúdo, com que interesse e com que efeito. Com esse olhar, as fake news deixam de ser apenas informação errada: envolvem a intenção de quem as cria, o funcionamento dos algoritmos, o apelo emocional e o hábito de repassar sem conferir.

Entendemos pensamento crítico como a capacidade de questionar fontes, checar informações, identificar discurso de ódio e avaliar a própria conduta em rede. Essa capacidade se desenvolve com prática e conversa, e dificilmente com a simples apresentação de regras.

2.3 Aprendizagem ativa e mediação

Moran (2015) defende metodologias ativas, em que o aluno participa, resolve problemas, debate e produz, e vê nas tecnologias digitais um apoio a esse processo. Kenski (2012) lembra que o valor pedagógico de uma tecnologia depende da intenção do professor e da proposta em que ela se insere, e não da simples presença do equipamento.

ISSN: 2358-8829

Freire (1996) vai na mesma direção ao afirmar que ensinar exige criar condições para que o conhecimento seja produzido ou construído, e não apenas transferido.

As estratégias da intervenção seguem essa linha. A roda de conversa coloca todos em círculo, com chance de falar e de ouvir, e valoriza o que os alunos já sabem por experiência. O cartaz e o pôster obrigam a combinar texto, imagem e disposição visual para atingir um público definido, o que exige resumir e escolher. A apresentação em evento escolar dá um destinatário real ao trabalho, pois os alunos passam a explicar o que aprenderam a quem está fora da turma.

O papel de quem conduz as atividades se apoia na zona de desenvolvimento proximal, de Vygotsky (1998), que corresponde à distância entre o que a criança resolve sozinha e o que consegue fazer com a ajuda de um adulto ou de colegas mais experientes. A noção sustenta tanto a mediação das licenciandas quanto o trabalho entre pares nos grupos.

2.4 Cidadania digital e riscos do ambiente virtual

Cidadania digital é o exercício responsável de direitos e deveres no ambiente virtual: respeitar o outro, proteger dados pessoais, cuidar da reputação on-line e controlar o tempo de conexão. A legislação brasileira trata de alguns desses pontos. A Lei nº 13.185/2015 criou o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), que inclui a forma virtual (BRASIL, 2015); a Lei nº 14.811/2024 passou a prever no Código Penal a intimidação sistemática, inclusive a virtual (BRASIL, 2024); e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) fixou regras para o uso de dados pessoais, com atenção a crianças e adolescentes (BRASIL, 2018).

Os cinco temas da intervenção têm características próprias. O cyberbullying se diferencia do presencial porque pode atingir muita gente, deixa registros que permanecem e acontece a qualquer hora, até fora da escola. As fake news costumam explorar emoções e se espalham depressa em grupos de mensagens, onde muitos repassam sem ler o texto inteiro. Na segurança digital, entram cuidados simples e pouco praticados, como senhas, configurações de privacidade e desconfiança de contatos estranhos. A identidade digital é formada por tudo o que a pessoa publica, curte e comenta, e pode ser relida por outros anos depois. O uso excessivo, por fim, costuma ser associado a recursos das plataformas, como notificações e rolagem infinita, e por isso exige algum grau de autocontrole.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) possibilitou trabalhar o letramento digital a partir de situações presentes no cotidiano dos estudantes. Ao longo das atividades, foram promovidos momentos de diálogo, pesquisa, produção colaborativa e socialização dos conhecimentos, buscando ampliar a compreensão sobre os benefícios e os riscos relacionados ao uso das redes sociais.

Para organizar a análise da experiência, os resultados foram sistematizados em cinco categorias: participação e conhecimentos prévios; compreensão dos benefícios e riscos das redes sociais; reconhecimento das possibilidades educativas; produção colaborativa de materiais; e socialização dos conhecimentos na comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção desenvolvida no âmbito do PIBID possibilitou promover discussões sobre o uso consciente das redes sociais, abordando seus benefícios, riscos e possibilidades educativas. Por meio das rodas de conversa, pesquisas e produção de materiais informativos, os estudantes tiveram a oportunidade de refletir sobre seus hábitos digitais e compartilhar conhecimentos.

A apresentação na FILCO ampliou o alcance da atividade, valorizando as produções dos alunos e envolvendo a comunidade escolar na discussão sobre cidadania digital.

Para as bolsistas, a experiência contribuiu para a formação docente, proporcionando a vivência do planejamento e da realização de uma prática pedagógica acompanhada pelo professor regente e pelo supervisor do PIBID.

Conclui-se que a escola possui um papel importante na formação de estudantes capazes de utilizar as tecnologias de maneira crítica e responsável. Nesse sentido, destaca-se a importância de desenvolver novas ações de letramento digital, envolvendo outras turmas e as famílias, para fortalecer a educação digital no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Cidadania digital, Redes sociais, Ensino Fundamental, Uso consciente, Educação digital.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e prevê medidas relacionadas à proteção contra a violência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 jan. 2024.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. p. 15-33.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.